



**ACÓRDÃO Nº812/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11704/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsáveis:** Janaina Sales Rodrigues (Ordenadora de Despesa) e Rosely de Assis Fernandes (Ordenadora de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3002/2017-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - FUNDECON. Exercício de 2015.

*Regularidade. Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas da **Sra. Janaina Sales Rodrigues**, na qualidade de ordenadora de despesas do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON (período de 01.01.2015 a 24.03.2015), nos termos dos arts. 22, I e 23, da Lei n. 2.423/96 e art. 188, § 1º, I, da Resolução n.º 04/02-TCE/AM. Além disso, **CONCEDER QUITAÇÃO PLENÁ E IRRESTRITA**, conforme preceitua o art. 23, da Lei n.º 2.423/1996 c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Rosely de Assis Fernandes**, na qualidade de ordenadora de despesas do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor – FUNDECON (período de 25.03.2015 a 31.12.2015), com fulcro no artigo 22, II, da Lei n. 2423/1996 (Lei Orgânica TCE/AM);
- 10.3. **Aplicar Multa a Sra. Rosely de Assis Fernandes, no valor de R\$**



**ACÓRDÃO Nº812/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos)**, nos moldes dos arts. 54, II, da Lei nº 2423/96 e 308, VI, da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM, em virtude de: a) realização de despesa sem prévio empenho; b) realização de dispensa de licitação de forma indevida, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

**10.4. Aplicar Multa a Sra. Rosely de Assis Fernandes, no valor de R\$ 4.384,12 (quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e doze centavos)**, de acordo com a inteligência dos arts. 54, VII, da Lei nº 2423/96 e 308, IV, a, da Resolução nº 04/02 - TCE/AM, em virtude de reincidência no descumprimento em determinação deste Tribunal (item 9.4.2 do Acórdão nº 447/2016, do Processo nº 1608/2015), qual seja ausência de remessa de informações obrigatórias de certames via portal e-contas, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias;

**10.5. Determinar** ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor - Fundecon que:

- 10.5.1. informe ao sistema e-contas todos as informações referentes a termos de contratos, procedimentos licitatórios, notas de empenhos, credor vencedor e demais documentos obrigatórios;
- 10.5.2. planeje adequadamente as aquisições e/ou contratações a fim de evitar despesa realizada com dispensa de licitação, nos termos do artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93, onde a situação emergencial foi gerada por falta de planejamento e má-gestão;
- 10.5.3. realize procedimento licitatório para aquisição de “climatizadores de ar”, uma vez que o seu aluguel é medida economicamente menos viável para o erário;

**10.6. Determinar** que seja fixado o prazo de 30 (trinta) dias à responsável, Sra. Rosely de Assis Fernandes, para que recolha, em benefício dos cofres estaduais, os montantes inerentes às multas aplicadas com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, § 4º, da Resolução n.º 04/2002. Autorizar, desde já, a instauração da cobrança executiva no caso de não recolhimento dos valores da condenação, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução n.º 04/02-TCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº812/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.7. Dar ciência** ao Funda Estadual de Defesa do CONsumidor (FUNDECON), a Sra. Janaína Sales Rodrigues e a Sra. Rosely de Assis Fernandes, assim como para seus Advogados, caso tenham constituído, a respeito deste julgamento.

**11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 2 de Agosto de 2017

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Erico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello.

**13.1 – Auditor presente e Relator:** Mário José de Moraes Costa Filho.

**14- Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro-Presidente

**MARIO JOSE DE MORAES COSTA FILHO**  
Auditor-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral